



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ATA DA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA,
REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E VINTE E TRÊS**

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, nesta Vila de Tabuaço e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal, com a presença de vinte e cinco membros, verificando-se a ausência dos Deputados **Álvaro Correia Soares Martinho** e **Francelina Rodrigues Teixeira Gomes**, que justificaram as respetivas faltas por motivos profissionais e pessoais, e do **Presidente da Junta de Freguesia da Desejosa**. -----

Os **Presidentes das Juntas de Freguesia da Granja do Tedo** e das **Uniões das Freguesias de Barcos e Santa Leocádia** e de **Pinheiros e Vale de Figueira** fizeram-se representar, respetivamente, por **Carlos Joaquim Gomes Teixeira** (Secretário), **José António Cardoso** (Secretário) e **Fernando Veiga** (Tesoureiro). -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento ao Plenário de alguns pedidos de substituição ao abrigo do disposto nos artigos 78.º e 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, nomeadamente pela Deputada **Berta Ferreira Moutinho Amaral**, tendo sido convocado a cidadã subsequente na lista, **Sónia Cristina Rodrigues Resende**, e ainda do pedido de substituição da Deputada **Rosa Maria Alves de Sousa**, que seria substituída nos termos legais e regimentais pelo Deputado **Micael Lamego dos Santos** que também solicitou a sua substituição pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, o Deputado **Sérgio Bernardo Pereira Soares**. ----

Efetuada a chamada e verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos quando eram catorze horas e quarenta minutos, sendo a sessão presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, **Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo**, e secretariada por **Gisela Catarina Pereira dos Santos**, Primeira Secretária que substituiu **Álvaro Correia Soares Martinho** e por **Cláudia Maria Benfeito Martins**, que substituiu a Segunda Secretária. -----

ATA 10 || 2021.2025 Fls. 251



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Executivo Municipal esteve representado pelo Presidente, **Carlos André Teles Paulo de Carvalho**, e pelos Vereadores **José Carlos Oliveira da Silva**, **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira** e **Carlos Martins dos Santos Portugal**. -----

Seguidamente, a Primeira Secretária da Assembleia Municipal procedeu à leitura da convocatória, na qual constava a seguinte: -----

===== **ORDEM DE TRABALHOS** =====

I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO. -----

II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

III. ORDEM DO DIA: -----

PONTO UM: Apreciação da **informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município** [cfr. alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

PONTO DOIS: Apreciação, discussão e votação da **participação do Município no Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Ibérica de Municípios Ribeirinhos do Douro** [cfr. alínea t) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

PONTO TRÊS: Apreciação da **informação do auditor externo sobre a situação económica e financeira do Município, respeitante ao primeiro semestre de 2022** [cfr. alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e subsequentes alterações]; -----

PONTO QUATRO: Apreciação da **informação do auditor externo sobre a situação económica e financeira do Município, respeitante ao segundo semestre de 2022** [cfr. alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e subsequentes alterações]; -----

PONTO CINCO: Apreciação, discussão e votação dos **documentos de prestação de contas e relatório de gestão relativos ao exercício de 2022** [cfr. alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PONTO SEIS: Apreciação, discussão e votação da **proposta sobre a aplicação do resultado líquido do exercício de 2022** [cfr. ponto 2.7.3.1. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado em anexo pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual]; -----

PONTO SETE: Outros assuntos de interesse para o Município. -----

Passou-se à apreciação da ata da reunião realizada a vinte e sete de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, o Presidente da Assembleia Municipal informou que a ata da reunião anterior tinha sido remetida juntamente com a documentação respeitante aos assuntos que constavam do período da “Ordem do Dia” e questionou o Plenário se queria fazer alguma correção ou contributo do que nela estava vertido, não houve nenhum apontamento a fazer, pelo que foi colocada a votação, tendo antes o Presidente da Assembleia lembrado de que quem não esteve presente nessa sessão se deveria abster de votar, porque a legislação assim o referia, segundo os artigos 57.º e 58.º da Lei n.º 75/2013 concatenado com o disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo “*não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita*”. Colocada a ata a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezassete votos favoráveis e a abstenção do Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**. De referir que no momento da votação, o **Presidente da Junta de Freguesia de Valença do Douro** não se encontrava presente. De referir ainda que os Deputados **Artur Pina Martins, Sónia Cristina Rodrigues Resende, Aires Antunes Moreira Sá Ferreira**, os **Secretários das Juntas da Freguesia da Granja do Tedo e da União das Freguesias de Barcos e Santa Leocádia**, e o **Tesoureiro da União das Freguesias de Pinheiros e Vale de Figueira**, se abstiveram de votar pelo facto de não terem estado presentes na reunião em causa. -----

Posteriormente, deu-se entrada no **PERÍODO** reservado à **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, e não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal deu entrada no **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, tendo dado conhecimento ao Plenário da correspondência que chegou aos serviços da Assembleia Municipal no período que intermediou a última reunião de vinte e sete de fevereiro e esta, nomeadamente a divulgação de algumas publicações e de alguns jornais e revistas. Deu ainda nota que o Executivo deu conhecimento das atas das reuniões da Câmara Municipal no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

período que intermediou a última reunião ordinária de fevereiro e esta, encontrando-se disponíveis na página eletrónica do Município de Tabuaço. -----

Por fim, o Presidente da Assembleia Municipal apresentou uma proposta de um voto de pesar, pelo falecimento da senhora Eulália Irene, cujo teor seguidamente se transcreve: -----

“Faleceu no pretérito dia 21 de março de 2023 a senhora Eulália Irene, que era natural da União das Freguesias de Távora e Pereiro. -----

A senhora Eulália era esposa do ex-Presidente da Junta de Freguesia do Pereiro, João Augusto Paiva, e avó da senhora Vereadora Anabela Susana Paiva Martins Oliveira. -----

Neste sentido, proponho que a Assembleia Municipal aprove um voto de pesar pelo falecimento da senhora Eulália Irene e se dê conhecimento do teor do mesmo à sua família.” -----

O Presidente da Assembleia Municipal informou que esta proposta de voto seria votada no final do “Período de Antes da Ordem do Dia”. -----

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal abriu espaço para a intervenção do Plenário, tendo-o feito em primeiro lugar o Deputado **João de Oliveira Nápoles de Carvalho**, que após saudar os presentes na sessão, referiu ter algumas questões de que gostaria, se possível, que o Presidente da Câmara Municipal esclarecesse. A primeira prendia-se com uma questão que já tinha trazido pós-vindima, relativa ao caminho que ia para a adega Gran Cruz, quando sugeriu que a estrada fosse apenas de um sentido, temporariamente, durante a época de vindimas, gostaria de saber se já tinham definido e pensado nessa solução. A segunda questão estava relacionada com algumas situações de perigo com que já se tinha deparado, devido ao excesso de velocidade de alguns automobilistas, quer à entrada na Vila de Tabuaço junto às bombas, quer na zona do café a seguir às mesmas e até à entrada da Escola. Gostaria de saber se era possível tentarem ver uma forma de as pessoas abrandarem um bocadinho a velocidade. Julgava que era prudente pensarem numa solução. Uma outra questão dizia respeito à antiga prisão de Tabuaço, um monumento histórico e que estava em degradação. Achava que não custava muito comporem o telhado de forma a puderem preservar esse monumento histórico. A última questão era relativa à Cooperativa Agrícola de Tabuaço, mais concretamente a loja que a mesma tinha no Peso da Régua. Gostaria de saber se a Câmara Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tem alguma participação nessa loja. Em caso afirmativo, gostaria de saber em que moldes, qual o custo e qual o objetivo dessa participação para o Município. -----

Seguidamente foi dada a palavra ao Deputado **Cristofe Pedrinho**, que após cumprimentar os presentes na sessão, começando por informar que iria dividir a sua intervenção em duas. A primeira estava relacionada com a questão da transferência de competências na área da ação social. Não se recordava de ter lido sobre esse assunto na informação escrita do Presidente da Câmara Municipal. Contudo, a ação social foi descentralizada e passou para o Município no dia três de abril, pelo que gostaria de saber qual o ponto de situação. Questionou sobre quais os custos e as verbas cedidas pelo Município, o que decidiu fazer, se aceitou essa transferência com os técnicos da casa e quem iria fazer essa gestão ou se tinha sido entregue a alguém e, em caso afirmativo, quais os valores transferidos para essa entidade ou associação. -----

A outra parte da sua intervenção era uma moção ao abrigo da alínea c) do artigo 22.º do Regimento da Assembleia Municipal, cujo teor seguidamente se transcreve: -----

“Moção – Celebração do 25 de abril de 1974 na Assembleia Municipal de Tabuaço -----

Mais uma vez o Município de Tabuaço, decidi não celebrar o 25 de abril de 1974 – um dia histórico que marcou o início de uma nova era para Portugal. Há 49 anos, foi derrubada a ditadura, que até então havia governado o país por mais de quatro décadas. Este movimento der libertação foi liderado pelos militares, que contaram com o apoio da população civil. -----

O 25 de abril de 1974 foi um marco na história de Portugal. Foi a luta pelo fim de uma era obscura, que fechou a liberdade e a democracia do nosso país por tanto tempo. Naquele dia, o povo português conquistou o direito de escolher os seus líderes e de participar ativamente na construção de um futuro mais justo e igualitário. -----

Hoje, mais do que nunca, é importante lembrar os valores que foram defendidos naquele momento histórico. A liberdade, a justiça social, a igualdade e a solidariedade são valores que devem estar presentes na nossa sociedade. Ainda há muito trabalho a ser feito para construir um Portugal mais justo e igualitário e a luta pela democracia deve continuar. -----

Todos temos um papel importante nessa luta. Acredito que é possível construir uma sociedade mais justa, na qual a riqueza seja distribuída de forma mais equilibrada, e que garanta o acesso a direitos fundamentais. Precisamos de continuar a lutar para que esses direitos sejam garantidos a todos os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

portugueses. As conquistas de abril, como foi o Poder Local, devem ser reforçados e diariamente lembrados. -----

Devemos lembrar a importância da união e da solidariedade entre os portugueses. Juntos podemos superar todos os desafios e construir um futuro melhor para os nossos e as gerações futuras. A democracia é um valor que deve ser defendido, cultivado e celebrado diariamente. -----

Infelizmente, temos visto o surgimento de partidos políticos que promovem ideologias populistas e de origem fascista. Esses grupos políticos procuram obter poder e influência através de discursos que visam a exploração dos medos e das inseguranças da população, muitas vezes promovendo a exclusão e a discriminação de grupos minoritários. -----

No entanto, é importante lembrar que esses partidos políticos vão contra os valores democráticos que conquistamos em 25 de abril de 1974. A democracia, na sua essência procura a inclusão e a igualdade de todos os cidadãos, independentemente da sua origem, religião, etnia ou orientação sexual. -----

Partidos políticos que promovem ideologias populistas e de origem fascista não estão comprometidos com esses valores democráticos. Eles querem apenas promover os seus próprios interesses e manter/chegar ao poder a qualquer custo, mesmo que isso signifique negar a igualdade e os direitos humanos fundamentais. -----

Portanto, é nosso dever como cidadãos responsáveis e eleitos com a democracia, rejeitar essas ideologias e lutar contra a intolerância e a exclusão. Devemos promover o diálogo, o respeito e a diversidade, para que possamos garantir a continuidade dos valores democráticos que foram conquistados há quase meio século atrás. -----

Para o ano comemoramos 50 anos do 25 de abril, celebrar o 25 de abril é celebrar a liberdade, é devido a ele que hoje, também aqui estamos, assim sendo, o grupo municipal do PS nesta Assembleia propõe que: -----

1. A Assembleia Municipal de Tabuaço, aprove uma Sessão Solene da Assembleia Municipal a realizar todos os anos no dia 25 de abril, para celebrar a data em questão. -----

O Grupo Municipal do PS." -----

No seguimento das intervenções, foi dada a palavra ao Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**, que após saudar os presentes na sessão, referiu que independentemente daquilo que iria especular, que concordava com o que tinha sido dito pelo Deputado **Cristofe Pedrinho**. Achava que o 25 de abril devia ser comemorado. Defendia e, já tinha falado inclusivamente sobre isso, que não podiam voltar a um período como o que antecedeu esse tipo de acontecimentos, pelo que esses acontecimentos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deviam de ser lembrados. Não fazia ideia se Tabuaço comemorava ou não o 25 de abril, mas se não o fazia a moção apresentada pelo Deputado **Cristofe Pedrinho** teria o seu voto favorável, porque achava que assistia, no concelho, a comemorações bem menos importantes do que essa e essa merecia sem dúvida ser comemorada. Especulou um pouco acerca do 25 de abril, concordou com tudo aquilo que foi dito. Foi uma conquista. E a democracia, segundo disse alguém, sempre era o menos mau de maus sistemas. Era o menos mau e aquele que permitia participar na vida política. Estavam quase a comemorar cinquenta anos de 25 de abril e não sabia se tinham noção de que na semana transata tinham sido publicado dados de um Censo feito que revelava que existiam três milhões de pessoas no país que dependiam da ajuda do Estado ou de outrem para sobreviver. Trinta e três por cento da população portuguesa precisava do apoio de alguém, pelo que indagou onde estavam as conquistas de abril. Porque conforme o Deputado **Cristofe Pedrinho** disse a democracia concedeu alguma liberdade, mas essa liberdade dependia, na sua opinião, de duas questões fundamentais, que eram a cultura política e a liberdade económica. Tal como o Deputado **Cristofe Pedrinho** referiu anteriormente, também já ele tinha abordado na última reunião que cada vez mais tinham partidos políticos de qualidade e intenções duvidosas. Acreditava que a democracia estava em crise e em perigo. Mas estava em perigo, não por estarem num sistema democrático, porque estar num sistema democrático pleno direito era também ter cultura política e saberem aquilo que estavam a fazer, onde iam, em quem votavam, para quem votavam, quais os órgãos que geriam o país. Isto fazia falta em Portugal. Era terem independência financeira para conseguirem viver dignamente, pois como sabiam a situação económica em Portugal estava numa situação muito complicada, como dissera na última reunião o país até já foi ultrapassado, no indicador do produto interno bruto (PIB) per *capita*, pela Roménia. Terminou a sua intervenção referindo que votaria a favor da moção, pois era uma data que merecia realmente ser comemorada. 25 de abril sempre. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para dar resposta às questões levantadas. -----

O Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, e após saudar os presentes na sessão, solidarizou-se ao voto de pesar pelo falecimento de Eulália Irene. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Prosseguiu esclarecendo as questões suscitadas pelo Deputado **João de Oliveira Nápoles de Carvalho** que relativamente ao assunto da circulação alternada na altura da vindima, na zona do Monte Travesso, durante algumas horas do dia em que existia maior fluxo de trânsito, já tinha sido decidido positivamente aquando dessa sugestão no ano transato. Iriam diligenciar para averiguar e questionar a Junta de Freguesia e os moradores para que este ano essa sugestão pudesse, eventualmente, ser posta em prática caso haja a concordância da maior parte dos beneficiados. -----

Relativamente à questão do excesso de velocidade era realmente uma situação preocupante, não apenas em Tabuaço, mas também em outras freguesias do concelho, como Chavães, Távora, Sendim e Longa. Parecia-lhe que, em primeira instância, havia um problema claro de alguma menor consciência da parte dos automobilistas enquanto condutores, até porque sabiam as regras e tinham a perceção de que muitas vezes ao estarem em excesso de velocidade neste tipo de zonas colocavam em perigo as pessoas que estavam a atravessar a rua. Já tinham pensado nessas situações e, parecia-lhe que, a única solução seria a colocação de algumas passadeiras sobrelevadas. Esperava que, nas candidaturas que fizeram na área da mobilidade para algumas freguesias, algum dinheiro do Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) fosse para esse tipo de projetos. Era uma das preocupações da parte do Executivo e tinham já projetado não apenas para Tabuaço, mas também em algumas freguesias, até porque no périplo de reuniões que tiveram no início do ano com as Juntas das Freguesias, essa foi uma das situações mais vinculadas e que mais preocupava as pessoas que faziam queixa juntos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. No que concerne à antiga prisão de Tabuaço era realmente um espaço único, que merecia ser preservado e poderiam, eventualmente, fazer algo no sentido de minimizar alguma maior degradação que exista. Mas a antiga prisão de Tabuaço estava englobada num projeto prévio e no estudo que foi feito para a reabilitação do Teatro de Tabuaço e, por esse motivo, não iriam fazer nenhum tipo de intervenção maior em nenhum deles. Referiu ainda que, o Teatro de Tabuaço ainda nem sequer era propriedade do Município, continuava a ser propriedade da Cooperativa que o regia. Mas de qualquer forma, a intenção era, em primeiro lugar, junto da Direção Regional da Cultura que este investimento fosse sinalizado e mapeado, até porque o Município de Tabuaço era o único no Douro Sul que não possuía um auditório próprio. Agradecendo a bondade e a relação institucional que tinham com o Centro de Promoção Social de Tabuaço que lhes cedia o espaço do auditório. Continuou dizendo que pelo que representava o Teatro de Tabuaço para o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

imaginário coletivo da população, entendia que essa recuperação era fundamental, sendo que a mesma estaria sempre subjacente à aprovação de fundos comunitários, pelo facto de o Município, por si, não ter capacidade de o fazer em expensas próprias. A menos que, eventualmente, houvesse uma aposta do Governo de Portugal e do Ministério da Cultura de investirem no concelho de Tabuaço. -----

Por fim, quanto à loja que a Cooperativa Agrícola de Tabuaço tinha no Peso da Régua, mencionou que a lógica daquele espaço era ser uma porta de entrada no Município de Tabuaço, ou seja, terem ali uma loja de turismo avançada. Como era lógico isso haveria de ter opiniões divergentes, haveria quem concordasse mais e quem concordasse menos. Na sua opinião ter um espaço naquele sítio, onde passam diariamente milhares de turistas, poderia realmente ser uma porta de entrada privilegiada e uma forma de promoção do concelho. Relativamente às participações tinham algumas, nomeadamente, na altura, foi acordado que a Câmara contribuisse com parte do valor gasto nas obras de reabilitação feitas, tinham ainda um funcionário e atribuíam um subsídio para ajuda nos pagamentos de manutenção e renda do espaço. -----

Quanto às questões suscitadas pelo Deputado **Cristofe Pedrinho**, relativamente à transferência de competências na área da ação social, não havia referência disso na informação escrita, porque esta continha informação apenas até ao final do mês de março, contudo tinha um apontamento para falar sobre essa transferência de competências aquando da apreciação da informação escrita. Portanto, no dia três de abril assumiram a transferência de competências na área da ação social. Não houve nenhuma aceitação, assumiram porque foram obrigados a isso. No que concerne às verbas e, pelo facto de, no passado, o Município de Tabuaço ter parte do território de Armamar sob sua alçada no que concernia ao Rendimento Social de Inserção (RSI) recebeu um corte substancial nessa verba. Existiam também outras verbas, que não sabia precisar, mas que estavam relacionadas com o serviço de atendimento permanente ou atendimento do apoio social. Contudo, continuava a entender que depois de feitas as contas não iriam ser suficientes. Aquilo que fizeram, fruto da celeridade e da obrigatoriedade deste processo, foi, pelo menos até ao final do corrente ano, transferirem o protocolo que existia entre a Segurança Social e o Centro de Promoção Social de Tabuaço, que era a Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) que estava com o protocolo do Rendimento Social de Inserção. Prorrogaram esse protocolo substituindo a Segurança Social pelo Município de Tabuaço, os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

direitos e os deveres eram exatamente os mesmos, tal como os valores que eram transferidos pela Segurança Social. O acompanhamento que era feito passaria a ser feito pelo Município. Portanto, neste momento as coisas iriam manter-se exatamente da mesma forma, sendo que depois a parte do serviço de apoio e da ação social iria ser feita pelos serviços do Município, até porque não havia nenhuma verba que permitisse a contratação de mais ninguém. -----

No que respeitava à moção acerca da celebração do 25 de abril, apresentada pelo Deputado **Cristofe Pedrinho** já no ano passado tinha explicado os motivos pelos quais o Município de Tabuaço não comemorava o 25 de abril. Mas parecia-lhe que a moção também deveria, à semelhança da sua intervenção, ser dividida, porque chegava a um ponto em que lhe parecia que se estava a confundir turismo com a imigração. Começava a falar do não festejo do 25 de abril, do Município e, depois passava disso para quase dar a ideia que não se defendia a liberdade e para falar da emergência de partidos com ideologias fascistas como se essas coisas fossem consequência daquilo que iniciava a moção. E, muito sinceramente, havia uma coisa que não aceitava, que eram lições de democracia e de liberdade, porque a liberdade não se festejava só no dia 25 de abril. A liberdade tinha que se celebrar e exaltar todos os dias e, muito sinceramente, parecia-lhe que o Município o fazia. Disse, ainda que Assembleia Municipal, como era lógico podia fazer o que quisesse no dia 25 de abril, mas, tal como já tinha referido no ano transato, enquanto for Presidente da Câmara Municipal nesse dia iria marcar presença nas festividades em honra de São Marcos, em Guedieiros. Terminou a sua intervenção referindo que a liberdade se celebrava todos os dias e mal deles se o mal da democracia e da perigosidade aqui falada se prendesse com o facto de o Município de Tabuaço não hastear a bandeira e cantar o hino nacional nesse dia. -----

Interveio novamente o Deputado **João de Oliveira Nápoles de Carvalho** para agradecer os esclarecimentos por parte do Presidente da Câmara Municipal e para solicitar, se possível, que lhe fosse remetida, posteriormente, a informação respeitante aos valores que a Câmara Municipal dispôs à loja que a Cooperativa Agrícola de Tabuaço tinha no Peso da Régua, tendo o Presidente da Assembleia Municipal concordado com o, posterior, envio da informação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Terminadas as explanações e não havendo mais pedidos de esclarecimento, foram o voto de pesar e a moção apresentada pelo Deputado **Cristofe Pedrinho** sujeitos a votação em separado, apurando-se os seguintes resultados: -----

O voto de pesar pelo falecimento de Eulália Irene foi aprovado por unanimidade. -----

A moção apresentada pelo Deputado **Cristofe Pedrinho** foi rejeitada por maioria, com dezassete votos contra (Primeira e Segunda Secretárias **Gisela Catarina Pereira dos Santos** e **Cláudia Maria Benfeito Martins**, Deputados **João Oliveira Nápoles de Carvalho**, **Eduardo Rodrigues Mendes**, **Aires Antunes Moreira Sá Ferreira**, **Sérgio Bernardo Pereira Soares**, **Fernando Covelinhas da Costa** e **António Joaquim Monteiro Ribeiro**, e os Presidentes das Juntas das Freguesias de **Adorigo**, **Chavães**, **Longa**, **Sendim**, **Tabuaço** e da **União das Freguesias de Paradela e Granjinha**, dos Secretários das Juntas de Freguesia da **Granja do Tedo** e da **União das Freguesias de Barcos e Santa Leocádia** e do Tesoureiro da **União das Freguesias de Pinheiros e Vale de Figueira**), quatro votos favoráveis e quatro abstenções (**Presidente da Assembleia Municipal**, Deputada **Sónia Cristina Rodrigues Resende** e os **Presidentes das Juntas de Freguesia de Valença do Douro** e da **União das Freguesias de Távora e Pereiro**). -----

Pedi a palavra o Deputado **António Ribeiro** para, após cumprimentar os presentes na sessão, apresentar a seguinte declaração de voto: -----

“O Deputado Cristofe Pedrinho tem toda a razão. Ia fazer dezoito anos que estava na Assembleia Municipal e nunca tinha sido festejado o 25 de abril. Mas mesmo assim votou contra a moção apresentada. E, se um dia festejarem o 25 de abril não irei aparecer e o Presidente da Assembleia Municipal terá de nomear outro Deputado para me substituir. O Deputado Cristofe Pedrinho tem razão, no dia 25 de abril começou a liberdade. Mas a liberdade concretizou-se com o vinte e cinco de novembro de mil novecentos e setenta e cinco. Aquilo que vi na televisão foram meia dúzia de ex-capitães de abril, promovidos agora a tenentes-coronéis. Onde estava o sargento, o cabo, os soldados que participaram no 25 de abril? Não vi lá nenhum. Muito menos aquele soldado, condutor do canhão, que recebeu ordem para disparar o canhão sobre a população e em vez de disparar a arma que tinha em seu poder abandonou-a e foi-se embora. Se vivemos atualmente numa democracia, essa começou no 25 de abril. Nesse dia estava no Ultramar, cheguei a Portugal no dia um de novembro. Algum dos presentes sabe quanto ganhava lá? Eu no Ultramar ganhava trezentos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

escudos. Cinco cêntimos por dia, hoje. Ao contrário do que acontece atualmente com os militares que vão em missão, para o Kosovo e outros países, e que ganham bons vencimentos. Andei obrigado, mas foi com todo o gosto. Devo ser o único militar, ex-combatente, que não recebo um cêntimo por ter andado na Guerra. Não quero, nunca requeri nem irei requerer, porque não vivo de esmolas. Trabalhei uma vida inteira para andar com a cabeça levantada. Tinha razão o Deputado Cristofe Pedrinho, o 25 de abril trouxe liberdade e alegria. Liberdade que foi concretizada no dia vinte e cinco de novembro. Algum dos presentes se lembra das forças revolucionárias populares do 25 de abril? Existiram mortes provocadas por forças revolucionárias do 25 de abril. Respeito a opinião de cada, mas votei contra e se houver uma comemoração do 25 de abril por parte da Assembleia Municipal, não irei marcar presença. Ninguém tinha ouvido falar na concretização da democracia no dia vinte e cinco de novembro. Algum dos presentes ouviu falar no general Jaime Neves, no comandante da Guarda Republicana do Posto de Esmoriz com soldados militares da Guarda Republicana? Foram esses que seguraram a democracia no dia vinte e cinco de novembro. Respeito a opinião de cada um. Respeito e sou livre de falar, pelo que espero que respeitem a minha opinião".-----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de **ANTES DA ORDEM DO DIA** e deu entrada no período da **ORDEM DO DIA**.-----

Seguiu-se a **apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município** agendada no **ponto um** da ordem do dia e para a qual foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, que começou por transmitir ter algumas informações que gostaria de partilhar, sendo que a questão da transferência de competências na área da ação social já tinha sido abordada anteriormente.-----

Transmitiu que já tinham sido dados os primeiros passos relativamente à questão da Cidade Europeia do Vinho. Sendo que o concelho também iria receber algumas atividades, que a seu tempo iriam ser divulgadas e para as quais estariam todos convidados.-----

Tal como referido na reunião realizada em fevereiro, tiveram finalmente a aprovação das reprogramações e prorrogações no âmbito do quadro comunitário, que estava agora a fechar. Tinha sido uma situação complexa para o Município de Tabuaço, porque algumas acabaram por se arrastar durante alguns meses, entre Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDouro) e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-Norte). O que para um Município como o

ATA 10 || 2021.2025 Fls. 262



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Tabuaço, que tinha problemas e dificuldades de tesouraria, o facto de durante estes períodos de reprogramação e de aceitação das mesmas não permitir que fizessem pedidos de pagamento acabava por criar grandes constrangimentos. Acrescentou que na última reunião da Comunidade Intermunicipal do Douro, na passada quarta-feira, voltaram a referir esta situação, e foi-lhes dito que tal como aconteceu no Centro do país, onde houve uma prorrogação por parte da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-Centro) com as Câmaras Municipais, que permitia que o encerramento físico e financeiro do quadro comunitário pudesse ir até setembro do corrente ano, essa prorrogação também foi concedida pela CCDR-Norte. -----

Prosseguiu dando nota que nessa mesma reunião da CIMDouro foram abordadas as negociações que tiveram, nos últimos meses, para o Programa de Fundos Comunitários Portugal 2030. Foram negociações difíceis. Entendiam que, mais uma vez, a região estava a ser claramente prejudicada em detrimento de outras. Chegaram ao ponto de haver uma divisão feita por Comunidade Intermunicipal ao invés de ser feita por concelho o que, claramente, era um absurdo porque levava a que Comunidades Intermunicipais com seis ou sete Municípios iriam receber *per capita* incomparavelmente mais do que a CIMDouro que era composta por dezanove Municípios. Entendiam que o valor a receber era manifestamente pouco para as necessidades e também as áreas onde o podiam investir tinha a agravante da obrigatoriedade de cumprir com o pacto climático. -----

Informou que na já referida reunião da CIMDouro foi também abordada a questão da Linha do Douro, tendo sido manifestado um enorme desagrado quer pelo Presidente da Comunidade Intermunicipal do Douro quer por toda a Comunidade Intermunicipal. Tinha havido o compromisso do projeto da Linha do Douro, que foi assumido em Freixo de Espada à Cinta, estar terminado até dois mil e vinte e sete, quando agora verificaram que o processo e a previsão do projeto apontam para dois mil e vinte e nove. Essa situação desagradava-os imenso porque não houve o mesmo critério por parte do Governo para fazer a nova ponte sobre o rio Douro, no Porto, ou para fazer a ligação de alta velocidade entre Guimarães e Braga. Prosseguiu dando nota que nessa última reunião ficou o compromisso de solicitarem uma reunião com o Primeiro-Ministro, antes das comemorações do dia dez de junho, que este ano iriam ter lugar no Peso da Régua, para falarem sobre a questão da Linha do Douro. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Câmara Municipal deu nota que já houve a primeira reunião relativa ao dez de junho. Realizou-se no Peso da Régua e contou com a presença de Sua Excelência o Presidente da República, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, os dezanove Presidentes dos Municípios que integravam a CIMDouro e com a comissão que foi constituída para a organização das comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. O protocolo já estava definido e gostaria que fossem o maior número de pessoas. -----

Deu nota que no âmbito do parque fotovoltaico já tinham tido uma reunião com a empresa detentora desta licença de exploração, a Finerge, S.A., onde foi apresentado o projeto. Nessa reunião estiveram presentes o Executivo, a Vereação, os Presidentes das Juntas de Freguesias abrangidas pelo parque fotovoltaico e uma equipa técnica da Câmara Municipal. Apresentaram o que estava licenciado e destinado à questão da declaração ambiental, sendo que de momento o processo estava em análise por parte da Câmara Municipal para solicitarem novamente os pareceres às entidades no âmbito do licenciamento ou exploração industrial. Portanto, depois de terem esses pareceres podiam pedir à empresa para que, numa próxima reunião da Assembleia Municipal, viesse apresentar o projeto. -----

Prosseguiu esclarecendo que em relação à desqualificação e redução de serviços na Caixa Geral de Depósitos (CGD) e o encerramento dos serviços de balcão em alguns dias, continuava tudo na mesma. Tal como referido em reuniões anteriores, tinham o processo de providência que teve audiência marcada para o dia três de janeiro, que foi alterada para o mês de maio e que voltou a ser reagendada. Acreditava que deveria de haver uma prioridade neste tipo de processos nem que fosse para dizerem que não. -----

O Presidente da Câmara Municipal continuou referindo que a questão da transferência de competências da administração central para a administração local na área da saúde era o culminar do absurdo da delegação de competências. Ainda havia na CIMDouro Municípios que não tinham aceite a transferência de competências tais como Tabuaço, Sernancelhe, Peso da Régua, Lamego e Vila Real. E havia outros Municípios, por exemplo no Douro Superior, que também não tinham recebido as competências por fazerem parte de Unidades Locais de Saúde (ULS). Entretanto, numa reunião em Alijó, há cerca de dois meses, esses Municípios decidiram pedir uma reunião com o Ministro da Saúde e, eventualmente, com o Diretor do Serviço Nacional de Saúde (SNS) para falarem a uma só voz para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que pelo menos os critérios fossem unânimes. Disse ainda que foi oficiosamente comunicado aos diretores dos diferentes Agrupamentos de Centros de Saúde (ACeS) que iriam passar a ser Unidades Locais de Saúde. Sendo que, os Municípios de Moimenta da Beira, Penedono e Sernancelhe iriam ser integrados na Unidade Local de Saúde Dão Lafões. No que respeitava ao Município de Tabuaço ainda não sabiam muito bem porque o Centro Hospitalar de Vila Real ainda não tinha Conselho de Administração. Estiveram reunidos com a Diretora Executiva do ACeS Dão Lafões, a Diretora Executiva do ACeS Douro Sul e o Presidente do Centro Hospitalar de Viseu Tondela que também não concordavam com a forma como tudo isto estava a ser feito, até porque nenhum dos Municípios em causa tinha sido contactado para o que quer que fosse. Acrescentou que a CIMDouro pretendia tomar uma posição conjunta, já que os oito Municípios do Douro Sul repudiavam a forma como este processo estava a ser tratado, e entendiam que deveriam ser parte integrante de todo o processo. Mais ainda, manifestavam a sua intransigência de que qualquer modelo que estivesse estudado ou pensado para ser posto em prática pudesse implicar a divisão ou desmantelamento do Douro Sul enquanto região. ---

Proseguiu a sua explanação, dando nota que estiveram presentes nas comemorações do nonagésimo primeiro aniversário da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Tabuaço. Foi um momento marcante e muito interessante. Com a curiosidade ou coincidência de o atual Comandante Nacional de Emergência e Proteção Civil ser alguém com raízes do concelho. A cerimónia contou ainda com a presença de representantes de várias entidades, nomeadamente a dos Comandante e Segundo Comandante do Comando Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil do Douro. Deu ainda nota da aprovação do Plano Operacional Municipal (POM) para o ano de dois mil e vinte e três pela Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais. -----

O Presidente da Câmara terminou a sua intervenção dando nota que o Município foi distinguido, no passado mês de março, com o prémio "Autarquia Inclusiva". Essa distinção foi atribuída através da Impac'tu. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Presidente da Câmara Municipal a explanação sobre este assunto e abriu inscrições para o debate. Não havendo pedidos de esclarecimentos ou intervenções sobre este assunto, o Presidente da Assembleia Municipal sugeriu que os trabalhos fossem interrompidos para um intervalo, recomeçando às dezasseis horas e quinze minutos. -----

ATA 10 || 2021.2025 Fls. 265



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Retomando os trabalhos agendados, o Presidente da Assembleia Municipal deu entrada no **ponto dois** da ordem do dia, referente à apreciação, discussão e votação da **participação do Município no Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Ibérica de Municípios Ribeirinhos do Douro**, tendo pedido ao Presidente da Câmara Municipal que tomasse da palavra para fazer uma breve contextualização do assunto. -----

O Presidente da Câmara Municipal começou por referir que a Associação Ibérica de Municípios Ribeirinhos do Douro era uma associação da qual o Município de Tabuaço já fazia parte há vários anos. A associação procurava promover a cooperação transfronteiriça entre Espanha e Portugal, através da articulação de políticas entre os vários Municípios de ambos os países, através da análise dos diferentes avisos de projetos europeus, particularmente nos âmbitos turísticos e ambientais, com especial interesse na gestão das águas e alterações climáticas. A conversão da Associação Ibérica de Municípios Ribeirinhos do Douro em Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT) era uma alteração jurídica que proporcionaria a candidatura a financiamentos europeus, nos próximos quadros comunitários, para a promoção do Douro. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as explicações tidas como necessárias pelo Presidente da Câmara Municipal sobre este assunto e abriu o ponto a apreciação ou esclarecimento por parte do Plenário. Não havendo pedidos de esclarecimentos ou intervenções sobre este assunto, foi o mesmo colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Continuando com os trabalhos, o Presidente da Assembleia Municipal referiu que apesar de o auditor externo ter remetido os dois relatórios separadamente, para a apreciação propunha a junção dos dois pontos, o **ponto três** respeitante à apreciação da **informação do auditor externo sobre a situação económica e financeira do Município, respeitante ao primeiro semestre de 2022** e o **ponto quatro** relativo à apreciação da **informação do auditor externo sobre a situação económica e financeira do Município, respeitante ao segundo semestre de 2022**. Questionados os Deputados sobre a pretensão de intervir e não havendo pedidos de esclarecimentos ou intervenções sobre estes assuntos, foram os pontos considerados apreciados. -----

Continuando com os trabalhos agendados e por sugestão apresentada pelo Presidente da Assembleia Municipal, tendo em conta o conteúdo dos dois pontos seguintes: o **ponto cinco** respeitante à

ATA 10 || 2021.2025 Fls. 266



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apreciação, discussão e votação dos **documentos de prestação de contas e relatório de gestão relativos ao exercício de 2022**; e o **ponto seis** concernente à apreciação, discussão e votação da **proposta sobre a aplicação do resultado líquido do exercício de 2022**; e da relação entre os mesmos, foram apresentados em simultâneo e no final, votados em separado. -----

O Presidente da Câmara Municipal aceitou a proposta da discussão conjunta dos três pontos e realçou que iria uma breve apresentação dos principais aspetos, mais relacionados com justificações estratégicas e políticas, sendo que para questões mais técnicas estava presente a Chefe da Divisão Financeira, Fernanda Lamas, para eventualmente responder. -----

Prosseguiu a sua explanação dando nota que, provavelmente, desde que o Executivo estava na Câmara Municipal, o ano económico de dois mil e vinte e dois foi o ano mais difícil de gerir a nível económico. Isso deveu-se a vários fatores, sendo o principal o facto de terem tido um Orçamento de Estado aprovado apenas a meio do ano. Isso levou a que durante os primeiros meses do ano as transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) se mantivessem exatamente as mesmas respeitantes ao ano de dois mil e vinte e um. E, aquando da aprovação do Orçamento de Estado, verificou-se uma redução substancial nas transferências, que no caso do Município de Tabuaço foi superior a seiscentos mil euros. Esse facto, aliado ao que já se verificava por efeitos da pandemia, que era um acréscimo substancial nos preços da energia, dos combustíveis e dos materiais, o que encareceu sobremaneira todas as obras. Disse ainda, que outra situação extremamente difícil foi a reprogramação e os pedidos de pagamento dos fundos comunitários, que levou a que ainda no início deste ano tivessem recebido alguns autos de faturas correspondentes a valores do ano transato, sendo que alguns já tinham sido pagos. Todos estes condicionalismos e enquadramento levava a que tivessem tido um acréscimo do valor da dívida do Município de cerca de trezentos e sessenta mil euros, fruto da redução de mais de seiscentos mil euros do Fundo de Equilíbrio Financeiro, de um aumento abismal dos custos de despesas correntes, dos custos com as obras e também o diferencial entre aquilo que já estava paga e ainda iam receber a oitenta e cinco por cento em algumas situações. Mais disse, que independentemente de toda esta situação, alegrava-se por poder dizer, que continuavam pelo segundo ano consecutivo abaixo do limite de endividamento global. Continuavam com um valor superior a quase quatrocentos mil euros de folga entre a dívida que o Município tinha, fechou a cerca



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de dez milhões e quatrocentos mil euros, e o limite de endividamento que rondaria os dez milhões e oitocentos mil euros. -----

De seguida, o Presidente da Câmara Municipal acrescentou que, relativamente ao rácio de endividamento, no ano de dois mil e vinte e um fecharam o ano com 1.42 de dívida direta, abaixo do limite de endividamento, que era de 1.5. No ano passado o Orçamento de Estado obrigava o registo de todas as entidades nas quais o Município tinha participação, nomeadamente na Águas do Norte, S.A. e na RESINORTE – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A., mas o Orçamento de Estado 2023 não obrigava a que esse registo fosse feito, ou seja, pela primeira vez, ao longo de muitos anos e desde que este indicador foi criado iriam ficar abaixo do limite da dívida. Apesar de terem tido uma ligeira subida, de 1.42 para 1.44 em dois mil e vinte e dois, continuariam abaixo do limite de endividamento. Referiu que apesar de todos os condicionalismos não deixaram de fazer as transferências mensalmente para as Juntas de Freguesia, por entenderem que eram fulcrais para que a atividade delas continuasse a ser autónoma e continuassem a ter a qualidade e a garantia de proximidade. -----

O Presidente da Câmara informou que, mais uma vez, o Revisor Oficial de Contas (ROC) continuava com as mesmas reservas/ênfases, nomeadamente com a questão da reconciliação dos subsídios e com a questão do inventário. Relativamente ao inventário já estavam com um procedimento de contratação exterior, porque não o iriam conseguir fazer internamente. Esperava ter essa situação resolvida antes do término do mandato, porque era uma situação que, claramente, não queria que se verificassem para quem, eventualmente, a eles lhe vier suceder. Outros dos ênfases por parte do ROC tinha a ver com os fundos disponíveis, mas que, felizmente, pelo facto de pela primeira vez ficarem abaixo do limite de endividamento, permitiria ter uma flexibilização maior nos fundos disponíveis. Outra ênfase que se mantinha era a participação na Sociedade Beleza do Monte – Desenvolvimento Turístico e Imobiliário, S.A.. Uma outra ênfase estava relacionada com as incertezas resultantes da Guerra da Ucrânia que tinha provocado impactos diversos na economia e no desempenho operacional e financeiro das organizações. -----

Por fim, relativamente à demonstração dos resultados tinham terminado o ano com o resultado líquido contabilístico no valor de cento e sete mil cento e quarenta e nove euros e oito cêntimos, tendo sido

ATA 10 || 2021.2025 Fls. 268



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

esse distribuído pelas reservas legais, num valor de seis mil euros, e o restante valor pelos resultados transitados. -----

O Presidente da Câmara Municipal terminou dando nota que na reunião da sessão ordinária de fevereiro, por lapso seu, não tinha sido entregue ao Deputado **Cristofe Pedrinho** a informação da Divisão Financeira respeitante às questões por ele colocadas na reunião da sessão ordinária de dezembro aquando da apreciação, discussão e votação das propostas de Orçamento das Receitas e das Despesas e das Grandes Opções do Plano para o ano financeiro de dois mil e vinte e três. Referiu que iria solicitar aos serviços para remeterem essa informação à Mesa da Assembleia para que posteriormente fosse dado conhecimento aos Deputados. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Presidente da Câmara o esclarecimento dos dois pontos e agradeceu a presença da Chefe da Divisão Financeira e a disponibilidade para prestar esclarecimentos. De seguida, abriu inscrições para o debate. -----

Usou da palavra o Deputado **Cristofe Pedrinho** para abordar uma questão que vinha a reiterar e que lamentava que continuasse a acontecer. O documento enviado tinha quinhentas e sessenta e seis páginas e uma vez mais era um documento fotocopiado e digitalizado. Era lamentável que em pleno ano de dois mil e vinte e três, com toda a tecnologia existente não conseguirem enviar um documento no formato *Portable Document Format* (PDF). Tratava-se de um documento importantíssimo para o Município e para todos os Deputados e não fazia qualquer sentido que fosse impresso, que fosse digitalizado e transformado em PDF para ser enviado, porque só complicava o trabalho de quem estava a fiscalizar. Depois, após a análise do documento, dentro das possibilidades permitidas, havia três pontos essenciais e fulcrais. Era um facto, que os gastos com os fornecedores e serviços externos tinham aumentado em cerca de quarenta e dois por cento, perto mais de novecentos e quarenta e seis mil euros em relação ao ano de dois mil e vinte e um. Disse ainda, que podia estar enganado, mas na tabela n.º 28, não sabia se por lapso dos serviços, o ano de dois mil e vinte e dois aparecia atrás do ano de dois mil e vinte e um, situação que não acontecia em mais nenhuma tabela. Quem fosse ler na diagonal parecia até que os gastos tinham baixado, porque as tabelas estavam invertidas. Tinham também, como já tinha sido referido pelo Presidente da Câmara Municipal, um aumento da dívida total, um aumento de cerca de oitocentos mil euros. Outra situação que o deixava um bocado preocupado,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mais concretamente o ponto trinta e quatro, da informação da Chefe da Divisão Financeira, referente à lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso que dizia: “*No entanto, o Município não cumpriu a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) devido ao elevado nível de dívida*”. Indagou sobre quais as consequências de não cumprirem com essa lei; se haveria ou não cortes e sobre o que poderia acontecer em concreto. Referiu ainda, que em relação ao relatório do auditor externo, a última frase dizia: “*O Relatório de Gestão não inclui as divulgações prevista na NCP 27 – Contabilidade de Gestão e a Entidade não divulgou as razões para esta insuficiência*”. Questionou o porquê dessa informação não ter sido divulgada ao auditor e que normas eram essas. Terminou a sua intervenção referindo saber quais eram essas normas, mas que gostaria que ficassem explícitas por parte do Executivo. -----

Em resposta a esta intervenção, o Presidente da Câmara Municipal referiu que aquilo que foi dito pelo Deputado **Cristofe Pedrinho** já tinha sido mencionado por ele anteriormente. Relativamente aos gastos com os fornecedores e serviços externos já tinha explicado o porquê dessa situação. Disse que, também importava que se analisasse o histórico do Município desde dois mil e treze até à atualidade, porque não tinham sido eles que chegaram e que ao longo desde anos criaram o valor da dívida. Mais ainda, aquilo que tinham feito foi reduzir em quase dez milhões de euros esse valor de dívida num espaço de oito anos. No que concerne aos fundos disponíveis também já tinha abordado esse assunto que estava relacionado com o facto de o Município ter muita dívida a curto prazo. O facto de ter sido feito um saneamento financeiro em dois mil e oito, que infelizmente não refletiu tudo, o Município via-se impedido atualmente de fazer um outro saneamento. Acrescentou que o facto de o Município ter reduzido tanto o rácio de endividamento também os impedia de recorrer a empréstimos junto do Fundo de Apoio Municipal (FAM). Parecia-lhe que esta questão não implicou nenhum tipo de cortes nem tinha que ver com qualquer tipo de incumprimento. Mesmo não tendo cumprido sempre com a lei dos compromissos ou dos pagamentos em atraso, bastava perceberem que a participação na Águas do Norte, S.A. fazia com que logo a partir do dia um de janeiro entrassem em incumprimento com os pagamentos em atraso. Este incumprimento também não levou a que o valor do Município, desde dois mil e treze, tenha aumentado, mais ainda, com todo o investimento, com as transferências para as Juntas de Freguesia, com tudo o que iam tentando fazer, o valor tinha sido reduzido substancialmente. Quanto à questão das normas, não tinha ideia. Sendo que não havia nada que não tivesse sido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

facultado ao auditor. Podia, eventualmente, ter que ver com as ênfases, com a questão dos programas, com processos internos e, provavelmente, não estarem em condições de ainda terem esse tipo de informação. Mas não tinha nada a ver com não terem facultado informação. Por fim, referiu que tinham a percepção desde o início que receberem menos seiscentos mil euros aliado ao acréscimo estavam a falar num diferencial de mais de um milhão. O executivo podia orgulhar-se de, dentro do que entendia possível fazer em termos de investimento e tentando sempre ir mais além, houve uma redução significativa da dívida. Mesmo a questão dos gastos com os fornecedores e serviços externos foi fruto do aumento dos preços e também por não terem deixado de fazer as transferências mensais para as Juntas de Freguesia. Apesar de ter a perfeita noção de que se tivesse explicado essa situação aos Presidentes da Juntas de Freguesia, todos eles, sem exceção, concordariam em fazer um esforço coletivo durante um ano e, provavelmente, só nesse valor equilibrariam o acréscimo da dívida. -----

Concluídas as intervenções foram os pontos sujeitos a votação em separado, apurando-se os seguintes resultados: -----

O ponto cinco respeitante à apreciação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas e relatório de gestão relativos ao exercício de 2022 foi aprovado, por maioria, com vinte e dois votos favoráveis e as abstenções dos Deputados **Nuno Manuel Paiva de Oliveira, Cristofe Pedrinho e Artur Pina Martins**. -----

O ponto seis concernente à apreciação, discussão e votação da proposta sobre a aplicação do resultado líquido do exercício de 2022 foi aprovado, por maioria, com vinte e dois votos favoráveis e as abstenções dos Deputados **Nuno Manuel Paiva de Oliveira, Cristofe Pedrinho e Artur Pina Martins**.

Continuando, o Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições ao **ponto sete – outros assuntos de interesse para o Município**, da ordem do dia da agenda de trabalhos da presente sessão, tendo-se inscrito o Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**. -----

No uso da palavra, o Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** questionou, em primeiro lugar, se a questão dos problemas que existiam acerca da possibilidade de novos projetos, os valores alcançados e a constante verificação da desertificação dos concursos teria a ver, única e exclusivamente, com a questão da inflação e do aproveitamento feito acerca disto. Ou, segundo informação que lhe foi dada,

ATA 10 || 2021.2025 Fls. 271



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

era um problema de falta de escala. Uma questão de escala e de valor, o que torna as coisas desinteressantes. Continuou referindo que a segunda questão estava relacionada com o Plano Diretor Municipal (PDM). Foi falado no ano passado que no início deste ano, na reunião de fevereiro, seria nomeada uma comissão da Assembleia Municipal para acompanhar esse procedimento e até agora não voltaram a falar nisso, nem falaram em qualquer tipo de eleição de um Membro da Assembleia Municipal para fazer parte dessa revisão do Plano Diretor Municipal de Tabuaço. -----

Tomando a palavra o Presidente da Assembleia Municipal, referiu em relação à primeira questão daria a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para dar resposta. Contudo, em relação à segunda lembrou o Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** que já houve o procedimento de eleição do representante da Assembleia Municipal, que no caso era ele próprio, nessa Comissão de Revisão do PDM. -----

Para dar as respostas necessárias à questão colocada pelo Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**, foi concedida a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, que começou por referir que não lhe parecia que a questão da escala fosse o problema, até porque para as empresas desde que o valor fosse aceitável elas vinham. Aliás os projetos tinham as escalas que as diferentes estratégias permitiam, até porque grande parte deles eram financiados. O grande problema que tinha surgido ao longo dos últimos anos era a incerteza e a instabilidade de preços. Mas isso era uma coisa que lhe parecia que ninguém, nem mesmo o Governo, conseguia controlar. Mas não lhe parecia ser escala, parecia-lhe ter mais a ver com a instabilidade do que propriamente com a dimensão dos projetos. Porque até havia empresas grandes a fazerem obras relativamente pequenas. Aqui parecia-lhe que tinha mais a ver com as margens de lucro que as empresas entendiam ter e da garantia de que concorriam a uma obra que iria começar no prazo suficiente para que não houvesse uma derrapagem nos preços. E tinham tido alguns problemas sesses, porque as coisas demoravam e atualmente um mês fazia uma grande diferença no acréscimo do custo das matérias-primas. -----

No uso da palavra o Presidente da Assembleia Municipal, acrescentou, até por algum conhecimento que tinha de causa a nível profissional, que além da incerteza que o Presidente da Câmara Municipal referiu, havia um mercado a funcionar. Não podiam estar à espera de que a capacidade de produção existente no setor fosse igual à que existia antes do período da Troika, em que Portugal tinha uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

capacidade de produção na área da construção, principalmente, nas obras públicas de grande envergadura, até porque tinha grupos empresariais que além de trabalharem em Portugal também se expandiram para o exterior e com provas dadas de grande sucesso. O que era certo, era que após uma grande vaga de investimento público, no período em que o Engenheiro José Sócrates era Primeiro-Ministro, passaram do oitenta para o oito. Passaram de um *boom* de investimento público, até lembrou as palavras da Professora Manuela Ferreira Leite à época dizer que estavam a promover até alguma emigração, um pouco qualificada, para dar resposta a esse volume de projetos. E, infelizmente não foi isso que aconteceu. O que aconteceu foi, por não existir capacidade instalada para tanta obra, houve até a vinda de grandes grupos, principalmente, espanhóis para fazerem essas obras. Passaram do oitenta para o oito, em que depois desde essa altura até à atualidade terem um nível de investimento público muito diminuto e que estava a recuperar, principalmente, por causa do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Se a procura era muita, mas a oferta era pouca, era normal que os preços disparassem. E as empresas também escolhiam projetos que, tal como o Presidente da Câmara Municipal transmitiu, fujam dessa incerteza e, portanto, preferiam apostar em projetos que lhe dessem garantias de bons resultados. Concluiu a sua intervenção referindo que a seu ver, era uma mescla dessa situação de incerteza e também de uma falta de oferta, de capacidade instalada que tinha deixado de existir porque em Portugal desde os anos de dois mil e catorze dois mil e quinze até ao momento deixou de haver grandes projetos a nível de obras públicas. -----

Seguidamente a Segunda Secretária da Assembleia Municipal leu a minuta da ata, que após votação foi aprovada por unanimidade. De referir que no momento da votação, o Deputado **Sérgio Bernardo Pereira Soares** não se encontrava presente. -----

Não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos os Membros e declarou encerrada a sessão quando eram dezassete horas e quinze minutos. ----

Para que conste, faça fé e validade vai a presente ata ser assinada pelo Presidente e Secretários, respetivamente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, -----

┌

└

A PRIMEIRA SECRETÁRIA, -----

┌

└

A SEGUNDA SECRETÁRIA, -----

┌

└